

## ATA NÚMERO SETE DO CONSELHO GERAL

----- Aos nove dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Resende, na sala A2.12 da Escola Secundária de Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- **Ponto um:** Ler e aprovar a ata da reunião anterior. -----

----- **Ponto dois:** Aprovar o relatório de contas de gerência; -----

----- **Ponto três:** Aprovar o Plano Plurianual de Atividades para o triénio 21/24

----- **Ponto quatro:** Aprovar o Plano Anual de Atividades;-----

----- **Ponto cinco:** Apreciar o relatório intercalar relativo à execução do Plano Anual de Atividades do primeiro período;-----

----- **Ponto seis:** Analisar o relatório do Gabinete de estudos, monitorização e avaliação, nomeadamente o relativo aos resultados do primeiro momento de avaliação;-----

----- **Ponto sete:** Ponto de situação quanto à descentralização/transferência de competências para o Município;-----

----- **Ponto oito:** Outros Assuntos. -----

----- Estiveram presentes os conselheiros, Ana Lázaro, Ana Magalhães, Bruno Oliveira, Carla Costa, Gina Antas, Manuel Bernardo, Maria José Dias, Paula Pereira, Paulo Jesus, Sérgio Sousa, bem como, os representantes da comunidade local cooptadas, Luís Ferreira em representação da Associação Empresarial de Resende, Manuel Tuna e Joaquim Alves -----

Como **ponto prévio** pretendia-se dar posse aos conselheiros que não marcaram presença na última reunião, mas verifica-se que os mesmos não compareceram igualmente a esta reunião, não podendo, assim, assinalar-se a sua tomada de posse. O Conselheiro Nelson Alves justificou a sua ausência, comunicando que se encontra com problemas de saúde.-----

Ainda no seguimento da tomada de posse dos membros deste Conselho, e após a questão levantada pelo Conselheiro Adérito Lopes na última reunião, a Presidente do Conselho Geral transmitiu aos Conselheiros a resposta da DGEsTE ao seu pedido de esclarecimento sobre esta matéria.-----

Assim, sendo da competência do Conselho Geral decidir sobre determinadas

matérias e regulamentar procedimentos, as quais devem constar do seu regimento. Atendendo a que se verifica a omissão dos termos sobre a tomada de posse dos seus Representantes, aplica-se subsidiariamente o disposto no código de procedimento administrativo: *“de cada reunião é lavrada ata, que contém um resumo de tudo o que nela tenha ocorrido e seja relevante para o conhecimento e a apreciação da legalidade das deliberações tomadas, designadamente a data e o local da reunião, a ordem do dia, os membros presentes, os assuntos apreciados, as deliberações tomadas, a forma e o resultado das respetivas votações e as decisões do presidente”*.-----

Contudo, com a elaboração de um novo Regulamento Interno a decorrer, cabe aos Conselheiros manifestarem-se quanto à clarificação deste assunto e se pretendem alterar os procedimentos de tomada de posse. Questionados sobre esse assunto, entenderam os Conselheiros que a tomada de posse registada em ata seria suficiente.-----

----- No que concerne ao **ponto um** da ordem de trabalhos, a ata foi lida e aprovada por maioria dos presentes na reunião anterior.-----

----- Para proceder a uma explicação do **relatório de contas de gerência** tomou a palavra o coordenador técnico Valter Barrosa a representar o Conselho Administrativo, tendo esclarecido que, apesar de se poder considerar a gerência de 2021 dividida em duas partes, atendendo à eleição do novo Diretor do Agrupamento, não se verificou necessidade de se proceder a essa repartição, fruto do Conselho Administrativo ter mantido parte dos seus membros.-----

Foi feita referência ao facto de, em todos os níveis de ensino, ser notória a diminuição do número de alunos, o que contribuiu para um decréscimo do número de refeições servidas aliado à perda de hábito de ir à cantina, consequência da pandemia.-----

Em relação à Ação Social Escolar, constatou-se um aumento de alunos subsidiados. De seguida, referiu que, apesar do número de pessoal não docente se ter mantido, existiu um aumento de pessoal docente.-----

A Conselheira Carla Costa pediu um esclarecimento quanto ao que se considera como pessoal não docente abonado, tendo sido esclarecida que os técnicos especializados passaram a integrar a categoria de pessoal não docente.-----

O coordenador técnico Valter Barrosa mencionou a atividade 191 e a verba alocada

ao 1.º ciclo destinada para material, tendo o professor Paulo Jesus questionado se era a primeira vez que existia verba para o 1.º ciclo, tendo sido informado que sim. A vereadora Carla Costa perguntou se esse material poderia incluir material de desgaste, ao que o coordenador técnico respondeu que a verba apenas contemplava material didático para se usar em sala de aula.-----

Terminada esta explicação, a vereadora Carla Costa observou que alguns dos valores apresentados podem estar aquém dos valores reais por causa da questão da pandemia, tendo o representante do Conselho administrativo concordado.-----

O documento foi então colocado a aprovação, tendo sido aprovado por unanimidade. A Presidente do Conselho Geral agradeceu o contributo do coordenador técnico Valter Barrosa, o qual se retirou da reunião.-----

----- De seguida, foi analisado o **Plano Plurianual de Atividades para o triénio 21/24**, documento articulado com o Projeto Educativo e com o Plano de melhoria TEIP, compreendendo quatro atividades globalizantes que pretendem enquadrar todas as atividades do Agrupamento. Essas atividades globalizantes estão associadas aos três eixos de intervenção previstos no Plano de melhoria TEIP e entrarão em conta com os quatro domínios de atuação constantes no plano estratégico do Projeto Educativo: **Juntos a Aprender; Um futuro com Valores; Construindo Pontes e Valorizar com os Olhos no Futuro**. Este Plano é a base de trabalho dos Planos de Atividades Anuais do Agrupamento, apresentando ainda um quadro dos programas, projetos, clubes e parcerias em que o Agrupamento está integrado. -----

O Senhor Diretor esclareceu que o Plano Plurianual de Atividades se trata de um documento de planeamento para três anos, elaborado ao nível da Direção e aprovado em Conselho Pedagógico.-----

O documento mereceu a aprovação por unanimidade dos membros deste Conselho.--

----- Posteriormente foi analisado o **Plano Anual de Atividades**, tendo-se constatado que o mesmo segue uma estrutura semelhante ao Plano Plurianual em que as atividades surgem divididas pelas quatro atividades globalizantes, identificando-se os eixos de intervenção, os problemas identificados, os objetivos e os valores e competências a desenvolver.-----

A Conselheira Carla Costa referiu o facto de existirem atividades propostas pela

Autarquia que não constam no Plano Anual de Atividades, tendo o Diretor do Agrupamento esclarecido que este Plano foi elaborado tendo em conta as atividades que foram inseridas até trinta e um de dezembro de 2021, contudo, existem atividades que surgem posteriormente. A título de exemplo, referiu que no Conselho Pedagógico de oito de março foram introduzidas cerca de quarenta e oito novas atividades, no entanto concordou que todas as atividades dinamizadas por entidades que envolvam a participação dos alunos do Agrupamento devem constar no Plano Anual de Atividades.-----

A Conselheira Carla Costa referiu que oportunamente sugeriu que, por uma questão de simplificar o processo, poderia ser criada uma palavra passe para o Município para que se pudesse aceder diretamente à plataforma, no entanto, na altura, o Senhor Diretor não considerou oportuno. O Senhor Diretor referiu que será de solicitar a integração dessas atividades na plataforma pela pessoa responsável, coordenadora de projetos.-----

No seguimento desta troca de ideias, a senhora vereadora Carla Costa reforçou a importância de se incluírem estas atividades de modo a que possam ser alvo de avaliação para que exista um *feedback* e se saiba o que futuramente pode ser melhorado.-----

A Conselheira Maria José Dias interveio, manifestando o seu desagrado relativamente à atividade da Rota do Românico para as escolas, em que se verificou que Resende foi o único Município que não realizou a referida atividade. Lamentou o facto de as crianças do Agrupamento terem sido impossibilitadas de assistir a um espetáculo cultural de grande qualidade.-----

O Diretor do Agrupamento referiu que se vive num tempo de incertezas e por vezes não se sabe se determinada atividade poderá ou não realizar-se. Foram auscultados os professores de 1º ciclo e todos foram unânimes de que não seria a altura ideal para a realização da atividade referida, uma vez que, dado o contexto vivenciado nos meses de dezembro e janeiro, com vários alunos em isolamento profilático, o cumprimento dos programas ficaria comprometido. Neste âmbito foi feito um pedido de reagendamento, contudo tal não era viável para a entidade promotora, tendo o espetáculo acabado por decorrer no Auditório Municipal.-----

A Conselheira Maria José Dias compreende a questão do atraso no cumprimento dos

programas, considerando porém que a atividade ia ao encontro de outras formas de aprendizagem e Resende carece de mais momentos culturais como o que foi propiciado. Efetivamente o espetáculo decorreu para a comunidade num sábado à noite, mas tal acabou por não estar acessível a todas as crianças, nomeadamente às mais carenciadas que não têm as mesmas oportunidades de se deslocar para a vila.--

O conselheiro Paulo Jesus esclareceu que a informação chegou aos centros escolares, mas os professores ficaram com a ideia de que a mesma poderia ser realizada noutra altura, nunca tendo tido consciência de que a não realizar-se na data agendada ficariam impossibilitados de participar. Os docentes podem efetivamente ter alguma responsabilidade, no entanto não concorda com a vereadora Maria José quando esta diz que os professores não proporcionam oportunidades aos discentes, pois sempre se pautaram em facultar atividades diversificadas aos seus alunos. Mais referiu que, a parceria com a Câmara Municipal sempre foi aberta e total.-----

A conselheira Carla Costa corrobora com a conselheira Maria José, tendo-lhe causado estranheza a não adesão dos professores do 1º ciclo, pois não é a prática habitual, mencionando ainda que a arte e as expressões também são conteúdos. Considerou salutar a discussão que se teve, pois chega-se à conclusão que todos partilham da mesma opinião.-----

O Diretor do Agrupamento assumiu toda a responsabilidade, pois, independentemente da opinião dos professores, a decisão final é sempre sua. A conselheira Carla Costa reforçou que a aprovação ou não das atividades deve ir a Conselho Pedagógico, que é o órgão próprio com decisão nesta matéria.-----

A Presidente do Conselho Geral referiu que toda a situação gerada terá ocorrido por algumas falhas na comunicação. -----

O Senhor Diretor concluiu que é habitual o Agrupamento estabelecer parcerias com várias entidades na dinamização de atividades, contudo tem havido a preocupação, ao nível do 3º ciclo e ensino secundário, que as mesmas decorram em tempos que não colidam com as atividades letivas.-----

A conselheira Carla Costa informou que foi proposto ao Agrupamento a dinamização de atividades nos intervalos do 1º ciclo, “CE Anima”, atendendo às dificuldades que os alunos têm em saber socializar/brincar, contando com a colaboração dos professores, tendo recebido um *feedback* positivo em relação ao modo com a mesma

tem decorrido. O professor Paulo Jesus fez questão de esclarecer, ainda no âmbito desta atividade, que foi dada liberdade aos alunos para optarem por participar ou não. Foi ainda reiterado pelo conselheiro Paulo Jesus o espírito de colaboração com a Autarquia, tendo referido que, relativamente à atividade do Natal no Centro Escolar de São Martinho, não houve uma boa articulação, e possivelmente por essa razão, se gerou alguma confusão na forma como a mesma decorreu. A Conselheira Carla Costa salientou que as atividades propostas pela Autarquia são enviadas atempadamente para o Agrupamento, e que, em relação a esta atividade em particular, foi remetido um documento detalhado, sendo por isso necessário refletir quanto ao circuito de comunicação. O Senhor Diretor esclareceu que esta atividade estava inicialmente prevista para o exterior, mas devido às condições climatéricas, foi necessário alterar a dinâmica da atividade.-----

De seguida, pediu a palavra o conselheiro Bruno Oliveira para questionar quanto aos critérios usados na atribuição de verbas para a visita de estudo à Croácia. O Senhor Diretor esclareceu que em reunião do Conselho Administrativo se deliberou que, em função do orçamento da escola, seria concedida uma verba correspondente a vinte euros por aluno, o que se traduziu no montante atribuído. Mais informou que a Autarquia também contribuiu com cerca de 1800 Euros. Foi abordado pelas conselheiras Carla Costa e Gina Antas, a questão de, futuramente, se repensar a atribuição das verbas afetas às visitas de estudo em função dos escalões do ASE.----- Após esta troca de ideias, o PAA foi aprovado por unanimidade.-----

----- No que diz respeito à **execução do Plano Anual de Atividades do primeiro período**, da análise efetuada, constata-se que das sessenta atividades inseridas apenas treze se contabilizam como realizadas com sucesso.-----

São referidas algumas dificuldades ao nível da falta de registo da informação relativa às atividades na plataforma Inovar PAA, o que causa constrangimentos ao nível do acompanhamento da implementação das atividades propostas. -----

Foi efetuada também uma breve resenha do trabalho desenvolvido no âmbito dos diferentes clubes e projetos, tendo-se verificado igualmente dificuldades na monitorização, dado que, numa parte significativa dos Projetos e Clubes, não se procedeu à introdução de informação relativa à sua planificação na plataforma Inovar PAA e constatou-se falhas na entrega de alguma da documentação solicitada.-----

A Presidente do Conselho Geral questionou se estas falhas surgem na sequência de se estar a utilizar uma nova plataforma e de os docentes não estarem tão familiarizados com a mesma e, se assim for, se não haverá um meio de fornecer explicações detalhadas de como a operacionalizar.-----

O Diretor do Agrupamento acredita que tal se tenha prendido com o facto de ser uma plataforma nova e que não esteve logo disponível, associado igualmente ao contexto de pandemia em que ainda nos encontramos e que poderá ter condicionado a realização de algumas das atividades nos moldes e datas inicialmente pensados.-----

Auscultados os Conselheiros, este documento mereceu um parecer favorável de todos os presentes.-----

----- A reunião prosseguiu com a **análise do relatório do Gabinete de estudos e avaliação relativo aos resultados do primeiro momento de avaliação.**-----

No que ao **1.º ciclo** diz respeito os resultados são francamente positivos, surgindo dificuldades às disciplinas de português, matemática e inglês num leque muito reduzido de alunos. Ao nível do **2.º ciclo**, constata-se que no 5.º ano as disciplinas de português, matemática e ciências naturais surgem como aquelas em que os alunos apresentam mais dificuldades, logo seguidas de inglês e história e geografia de Portugal, mantendo-se estas dificuldades nos alunos do 6.º ano. As metas contratualizadas não foram cumpridas na larga maioria das situações. As taxas de sucesso situam-se no 5.º Ano nos 85,5%, diminuindo no 6.º ano para os 68,5%, sendo evidentes os efeitos dos sucessivos confinamentos. -----

Relativamente ao **3.º ciclo** as taxas de sucesso continuam aquém do esperado, sendo de 60,7% no 7.º ano; 70,5% no 8.º ano e de 72,1% no 9.º ano, continuando a verificar-se que não se atingiu a maioria das metas, não obstante alguns resultados positivos no 8.º ano.-----

Português, matemática, ciências naturais (seguidas de inglês e geografia) são as disciplinas com mais insucesso no 7.º ano. No 8.º ano surgem a matemática, a físico-química e as línguas estrangeiras (seguidas de ciências, geografia e português). No que concerne ao 9.º ano matemática, inglês e português (seguidas de ciências e francês) são as áreas com maior taxa de insucesso. No que diz respeito à turma PIEF apenas se verifica uma taxa de sucesso correspondente a 40%.-----

Preocupante é também a quantidade de alunos que beneficiam de medidas de

suporte à aprendizagem e inclusão e que continuam a apresentar insucesso escolar. No ensino **secundário regular**, e ao nível do 10.º ano a taxa de sucesso é de 84,62%, com o inglês, a matemática A e a física e química A a surgirem como as disciplina que globalmente apresentam maior taxa de insucesso, não tendo sido possível em nenhuma das turmas alcançar a meta de classificações positivas a todas as disciplinas, bem como as metas para um conjunto de disciplinas. No 11.º ano a taxa de sucesso é de 87,23%, surgindo as disciplinas de inglês, física e química A, biologia e geologia e matemática A como as que apresentam maior taxa de insucesso. No 12.º ano os resultados são bastante satisfatórios, embora também não tenha sido possível alcançar todas as metas contratualizadas.-----

Atentando no **ensino secundário profissional** constata-se que foi nos 2.º e 3.º anos que se verificou um maior número de módulos por concluir, sendo também os anos em que se verifica a existência de alunos em abandono e em que o comportamento fica aquém do esperado em algumas das turmas.-----

O Senhor Diretor interveio dizendo que a pandemia deve ter tido os seus reflexos, no entanto tem notado grande preocupação por parte de todos os professores que têm dado o seu melhor para minimizar os impactes que a situação pandémica causou, sendo essencial fazer-se o levantamento das aprendizagens não recuperadas.-----

Pediu a palavra o Conselheiro Manuel Tuna, para referir-se a um estudo realizado, o qual aponta para um atraso nas aprendizagens situado entre os três e os nove meses, dependendo de os alunos terem tido maior ou menor retaguarda familiar aquando dos confinamentos. Deverá fazer-se uma reflexão profunda, incidindo no modo como se trabalha e encontrar formas diferentes de recuperar essas aprendizagens priorizando os recursos existentes.-----

A presidente do Conselho Geral manifestou especial preocupação com os resultados obtidos no 3º ciclo, pois considera que estão muito aquém do que seria expectável.---

A Conselheira, Carla Costa, dando conta dos resultados obtidos, referiu que existe uma discrepância entre estes resultados e os obtidos no final do ano letivo anterior, sendo necessário fazer-se uma reflexão e não nos resignarmos aos mesmos.-----

Ainda no seguimento desta análise dos resultados, interveio a conselheira, Ana Lázaro para dizer que não devíamos estar preocupados com a recuperação de meros conteúdos programáticos que não foram devidamente lecionados durante os



sucessivos confinamentos. No seu entender a situação é bem mais complexa, pois verificam-se graves lacunas ao nível das competências essenciais. Os alunos revelam sobretudo dificuldades ao nível da linguagem compreensiva e expressiva com repercussão negativa na leitura e na escrita, dificuldades na interpretação de enunciados e no raciocínio lógico-abstrato. Todas estas lacunas se não colmatadas desde muito cedo, sobretudo no primeiro ciclo, poderão refletir-se mais cedo ou mais tarde nas aprendizagens dos alunos.-----

----- No ponto sete, a Presidente do Conselho Geral deu a palavra à Conselheira Carla Costa, na qualidade de vereadora do pelouro da educação do município, e atendendo a que a inclusão deste ponto surgiu por sua solicitação, para que se pronunciasse sobre a **descentralização/transferência de competências para o Município**.-----

A vereadora Carla Costa informou que no final de fevereiro a autarquia foi contactada pelo Delegado Regional de Educação para dar conhecimento de que a transferência de competências seria mesmo para avançar, de acordo com o DL 21/2019, oficializando-se à data de um de abril. Salientou que não foi o Município que solicitou ou procurou esta delegação de competências, mas foi sim, um imperativo legal.-----

Assim, ao nível do Pré-escolar, do 1.º ciclo e do 2.º ciclo, não se verificam alterações de relevo comparativamente ao que já acontece, uma vez que já havia um contrato anterior, sendo as alterações mais significativas ao nível do 3.º ciclo e secundário, em que para além do pessoal não docente da Escola Secundária passar a integrar os quadros da Autarquia, irá existir verbas que deixarão de ser entregues ao Agrupamento e serão entregues ao município que terá a competência de as gerir.-----

A Presidente do Conselho Geral questionou que verbas seriam, tendo a Conselheira Carla Costa aludido a título de exemplo as referentes ao refeitório, aos assistentes operacionais e aos assistentes técnicos. Aproveitou ainda para esclarecer que as questões colocadas aquando da apresentação do relatório de contas de gerência foram já no sentido de se inteirar de uma outra situação nesse âmbito.-----

Fez ainda questão de referir que, dentro do possível, o funcionamento da Escola Secundária será para se manter, contando com a colaboração de todos.-----

O Diretor do Agrupamento garantiu total disponibilidade para colaborar com a Autarquia. -----



Juntos a Construir o Futuro!

Por fim, e nada havendo a referir em **outros assuntos**, deu-se por terminada a reunião. -----

-----Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pela presidente da reunião e pela conselheira que a secretariou.-----

A Presidente da reunião

A Secretária

Paula Pereira

Ana Lázaro